



É TEMPO DO VERBO AGIR: O PODER DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO



PORTUGAL PRECISA DAS COLECTIVIDADES



AS COLECTIVIDADES PRECISAM DE SI



EDITORIAL

SUMÁRIO

P03 É TEMPO DO VERBO
AGIR

P04 PROGRAMAÇÃO INTEGRADA
– CENTENÁRIO DA CPCCRD

P05 CENTENÁRIO DA CPCCRD

P06 DESTAQUE CENTÁRIAS

P18 INFORMAÇÃO ASSOCIATIVA

P20 CONGRESSO DO
CENTENÁRIO

P23 AÇORES, 1º ENCONTRO
COLECTIVIDADES

P26 ANDORRA-FESTA DA
DIVERSIDADE CULTURAL

P28 QUOTIZAÇÃO

Nota: Os textos deste Boletim Informativo, são escritos sob o antigo e novo acordo ortográfico de acordo com cada autor.

FICHA TÉCNICA

ELO ASSOCIATIVO:
Propriedade CPCCRD
Rua da Palma, 248,
1100-394 Lisboa
Tel: 218 882 619 / 916 841 315
Fax: 218 882 866

geral@cpccrd.pt

www.facebook.com/confederacao.colectividades

www.confederacaoportuguesa.colectividades.blogspot.com

www.cpccrd.pt



João Bernardino
Presidente da Direção

CONGRESSO do CENTENÁRIO

Realizámos no passado dia 25 de Maio, em Setúbal, o Congresso do Centenário da nossa Confederação. Foi uma excelente realização, com a participação de Delegados de todo o País, representantes das nossas Estruturas e Colectividades ELO, bem como convidados e Entidades presentes.

O acolhimento e apoio da Câmara Municipal, na pessoa do seu Presidente e toda a estrutura municipal possibilitou em muito, a valorização e êxito da nossa iniciativa que aqui queremos reconhecer.

Todos os oradores e intervenientes valorizaram decididamente o conteúdo do nosso Congresso e a reflexão que procurámos fazer nos 100 anos da nossa história.

Houve ainda um momento simbólico, de grande dignidade e significado, quando o Presidente do Congresso, Dr. Barbosa da Costa pediu a sua saída de funções, tendo sido substituído no cargo pelo Dr. Manuel Moreira que assumiu de imediato o cargo. Tanto a um como a outro, por tudo o que têm dado ao Associativismo aqui queremos deixar uma palavra de profunda gratidão e que ficou muito expressa no reconhecimento assinalado pelos Delegados no Congresso.

Ainda no decorrer dos trabalhos, por votação unânime dos congressistas, foram agraciados como Associados Honorários, os ex-Presidentes da Direção, Alfredo Flores, Artur Martins, Feliciano David e Augusto Flor, bem como Barbosa da Costa que deixou o cargo de Presidente da Mesa do Congresso.

O nosso Congresso encerrou de forma muito digna com um momento musical interpretado pela Banda Musical da Capricho Setubalense e a intervenção de sua Exa o Sr. Presidente da República Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.

Este Congresso do nosso Centenário pela forma como decorreu, pelo que significou e deixou registado, honrou um longo percurso de vida e associativismo dum poderoso movimento social que contribuiu de forma determinante para o bem-estar do Povo e o desenvolvimento do País. Saímos desta extraordinária realização, com os olhos postos no futuro, para mais e melhor Associativismo que é imprescindível a Portugal.

Somos hoje uma força imensa, inserida em todo o território Continental e Ilhas, a fazer serviço público todos os dias. Somos mais de 35 500 Colectividades, Associações e Clubes, estimando-se em mais de 3 milhões de associados e mais de 425 000 Dirigentes Associativos, Voluntários, Benévolos e Eleitos.

Com esta iniciativa, soubemos honrar o passado, afirmar valores, olhar o futuro e dignificar o Associativismo, como uma das mais perfeitas expressões da vida em sociedade, na perspetiva da sua transformação.

É TEMPO DO VERBO AGIR:

O Poder do Movimento Associativo Popular

Chegou a hora de abandonar a passividade e abraçar a ação com toda a nossa força. O Movimento Associativo Popular não pode mais ser apenas uma ideia bonita ou uma conversa de café. É tempo de levantar-se, de arregaçar as mangas e de transformar palavras em revoluções. É tempo do verbo agir!

A cada esquina, em cada bairro, há uma necessidade urgente de mudança. As comunidades precisam das Colectividades e estas precisam de reconhecimento e respeito. E quem vai responder a esse chamado? Nós. Não podemos esperar que outros façam o trabalho que é nosso. É o momento de nos unirmos e mostrarmos o poder avassalador do movimento associativo popular.

O verbo agir exige coragem e determinação. Significa confrontar as dificuldades e incertezas de frente, desafiar o status quo e ser a voz de todos. O Movimento Associativo Popular é nossa arma mais poderosa contra a apatia e o desespero. Quando agimos juntos, as nossas vozes ecoam mais alto, as nossas reivindicações tornam-se inegáveis e as nossas conquistas serão inevitáveis.

A ação também se manifesta na celebração de nossa cultura, do desporto, das tradições e do teatro. Estes não são meros passatempos; são formas de resistência, de identidade e de expressão coletiva. Ao apoiar e promover essas atividades, estamos a reforçar o tecido social e cultural que nos mantém unidos e resilientes.

O compromisso com a causa associativa é mais do que uma escolha; é uma obrigação moral. As organizações da sociedade civil são a espinha dorsal da democracia e da justiça social. Apoiar essas organizações significa garantir que a chama da mudança por um mundo melhor, nunca se apague.

Mas o verbo agir não é apenas uma luta externa; é uma transformação interna. Significa questionar nossos próprios preconceitos, desafiar nossas zonas de conforto e estar disposto a sacrificar pelo bem maior. É um apelo à ação que não pode ser ignorado.

É tempo do verbo agir. É tempo de transformar sonhos em realidade, indignação em ação, e esperança em conquistas. Juntos, somos uma força imparável. Juntos, vamos agir, e agir agora, porque o futuro pertence àqueles que se atrevem a construir um presente diferente e melhor.

O poder do Movimento Associativo Popular está em nossas mãos. O tempo é agora. O verbo é agir.

PORTUGAL PRECISA DAS COLECTIVIDADES

Junte-se a nós e faça parte desta Família

DESTAQUE - CENTENÁRIO DA CPCCRD

Programação Cultural Integrado nas Comemorações do 100º Aniversário da CPCCRD



Integrado nas Comemorações 100 anos da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD), Banda Filarmónica Lousanense, interpretou o Hino “Ideal Associativo”, em frente aos Paços do Concelho da Lousã,

Tratou-se de um evento organizado pelo Município da Lousã e aberto à participação das coletividades e comunidade em geral, o tema do evento Concelhio “A liberdade a passar por aqui”, teve um momento especial dedicado à CPCCRD.

As enormes ovações recebidas dos presentes, tanto no anúncio como no final da interpretação do hino, foram a demonstração da elevação, referência e mérito depositado na vida secular da Confederação, com a bandeira a solenizar a representação. A Confederação agradece à Banda Filarmónica Lousanense pelo empenho e vitalidade demonstrada.



DESTAQUE - CENTENÁRIO DA CPCCRD

Centenário da Confederação Portuguesa de Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa presidiu à sessão de encerramento do Congresso do Centenário da CPCCRD - Confederação Portuguesa de Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, que decorreu em Setúbal no passado dia 25 de Maio de 2025



No final da sua intervenção, o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa condecorou o Presidente da Direção da CPCCRD, João Bernardino com o grau de **Comendador da Ordem do Mérito**.

Centenário da Confederação com destaque na próxima edição

Imagens que falam por si.



CPCCRD distingue o Município de Setúbal



CONFERENCISTA – Pacheco Pereira



Conaressistas no Fórum Luísa Todi



BANDA da Sociedade Capricho Setubalense

DESTAQUE – CENTENÁRIO DA CPCCRD

Sociedade Boa União Alhadense



Fernando Gonçalves
Presidente da Direção da
Sociedade Boa União
Alhadense

Principais Desafios:

Quais são os principais desafios enfrentados pela associação que representa? Como esses desafios impactam a sua coletividade e as comunidades que servem?

São dois os principais desafios: a sustentabilidade financeira e o alheamento cívico e social da comunidade. Em termos financeiros, estas duas realidades estão interligadas. O desinteresse progressivo da comunidade, e mesmo de alguns sócios, das atividades promovidas pela coletividade faz diminuir as receitas próprias. A quotização diminuiu, os resultados líquidos das atividades são menores e os donativos, mormente do tecido comercial local, são diminutos. O tema da sustentabilidade financeira entronca ainda com a dificuldade de diversificar as fontes de financiamento. O acesso a programas de financiamento exige conhecimentos técnicos e uma disponibilidade temporal que não é compaginável com o regime de voluntariado que norteia a gestão das coletividades. Por outro lado, não fora os apoios das autarquias locais, o Estado ignora por completo o movimento associativo, desvalorizando a sua ação. A falta de uma política nacional de valorização das coletividades impacta negativamente na perceção que a sociedade tem dos benefícios do associativismo, enquanto garante da identidade local e promotor de cultura, recreio e desporto. Em conclusão, esta realidade não estimula a participação cívica e compromete a sustentabilidade financeira.

Preservação do Legado:

Que estratégias a sua Coletividade adota para preservar e promover a história e o legado da associação? Como vocês mantêm viva a memória e os valores que fundamentam a sua existência?

A Banda Filarmónica, enquanto ativo principal da dinâmica da coletividade, é o principal garante do legado da associação. A estratégia passa por apostar na formação musical, na renovação dos reportórios e na diversificação dos serviços prestados para que, sem perder a essência que se traduz na farda e no conjunto, seja possível continuar a rejuvenescer fileiras.

Troca de Conhecimento:

Que sugestões ou recomendações gostaria de ver implementadas pela Confederação para promover a troca de conhecimento e experiências entre as associações? Como podemos melhorar a comunicação e colaboração entre as coletividades filiadas em diferentes níveis?

É importante refletir sobre a importância de inovar e modernizar os processos de comunicação interna e externa. As redes sociais assumem hoje um papel fundamental para a troca de conhecimento a que não se pode ficar alheio. Por outro lado, a existência de uma plataforma, de acesso limitado às filiadas, com informação em tempo real sobre quotização, sobre legislação e notas associativas, e outra documentação de interesse relevante para as associações, facilitaria o arquivo e a consulta. Lembramos que a troca de informações entre mandatos dos órgãos sociais nem sempre é a desejável, pelo que a existência deste canal de comunicação preservaria a informação.

Fortalecimento das Associações:

Quais os programas ou iniciativas você gostaria de ver liderados pela Confederação para fortalecer as associações filiadas? Como podemos apoiar melhor o desenvolvimento e a capacitação das nossas comunidades locais?

DESTAQUE – CENTENÁRIO DA CPCCRD

Defendemos o envolvimento da comunidade escolar em ações de sensibilização sobre o associativismo, através de um programa nacional de fortalecimento do movimento associativo, articulado entre a Confederação e o Ministério da Educação. Por outro lado, acreditamos ser importante consciencializar as associações para, sem perder a identidade, a importância da aposta em projetos de literacia ambiental, financeira e de promoção da cidadania, entre outros, que se revelam úteis para as comunidades e, em particular, para as camadas mais jovens da população.



Garantia de Continuidade:

Que planos gostaria de ver implementados pela Confederação para garantir a continuidade e o crescimento das associações no futuro? Como podemos assegurar que as nossas tradições e atividades continuem a prosperar nas próximas gerações?

Faz sentido pensar num plano estratégico global para o fortalecimento do movimento associativo. Um plano que terá obrigatoriamente de ser discutido, de forma lata e participada, com as coletividades, filiadas e não filiadas da Confederação, com as autarquias, com o Governo, com as escolas, etc. É urgente sensibilizar as gerações mais novas para a importância do associativismo. Por outro lado, é necessário garantir a diversificação das fontes de financiamento das coletividades para que não seja o dinheiro a ditar o fim das tradições.

Papel da Confederação:

Qual é o papel da Confederação na coordenação e apoio às associações? Como podemos melhorar o nosso suporte e representação a nível local, nacional e internacional?

Os investimentos em proximidade nunca são maus investimentos. A proximidade não significa, contudo, presença física. É preciso inovar em termos de comunicação, na criação de plataformas de trabalho e de troca de conhecimentos. No fundo, há necessidade de aproveitar os recursos tecnológicos e colocá-los ao serviço das coletividades. Sugere-se também uma melhoria da imagem comunicacional, mais moderna e apelativa, para que as coletividades não sejam entendidas como entidades do passado, mas como formas de fazer futuro.

O Presidente da Direção / Fernando Luís de Freitas Gonçalves

DESTAQUE – CENTENÁRIO DA CPCCRD

Sociedade Musical Fraternidade Operária Grandolense

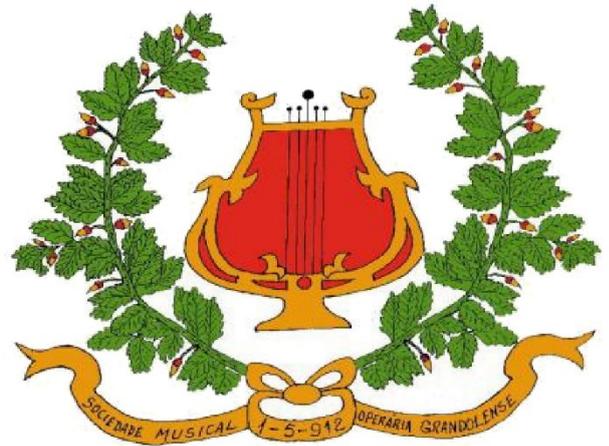
– Música Velha



Luis Vital Alexandre
Presidente da Direção da
SMFOG – Música Velha

Uma coletividade como a Sociedade Musical Fraternidade Operária Grandolense, carrega consigo um enorme legado, não só por ser a única filarmónica do concelho de Grândola, mas também por ao longo dos seus 112 anos de vida, ter tido um papel fundamental no ensino e divulgação da música e de outras formas de cultura, como o teatro e literatura. Ponto alto destes mais de 100 anos de atividade, foi a primeira passagem de José Afonso

pela coletividade e por Grândola, a 17 de maio de 1964, onde cantou para uma sala cheia e que culminou, dias mais tarde, com o envio da primeira versão do poema “Grândola, Vila Morena”, lido pela primeira vez em público, no mesmo local, a 31 de maio de 1964, que alguns anos mais tarde foi transformado em canção e em senha nacional para o arranque das operações de 25 de Abril de 1974, que colocaram fim a 48 de ditadura.



S.M.F.O.G.

Música Velha

Nestes 11 anos que levo enquanto Presidente da Direção, a minha principal preocupação e todos aqueles que me acompanham, tem sido a preservação deste riquíssimo legado, mas também da constante dinamização da nossa Sociedade e da sua Banda Filarmónica, ex-libris de Grândola e de todo o Alentejo Litoral, atualmente com mais de 60 executantes, bem como da nossa escola de música, pilar fundamental para a manutenção da nossa banda ao mais alto nível.

Só é possível cumprir estes desafios à custa de enorme esforço financeiro e pessoal, dos dirigentes, músicos, pais e encarregados de educação e associados. Sem a colaboração de todos eles, de uma forma gratuita, não teria sido possível em anos recentes, termos realizado concertos com os maiores nomes da música Portuguesa, tais como, Sérgio Godinho, Miguel Ângelo, Tim, João Afonso e Francisco Fanhais. Não teria sido também possível, termos atuado no dia 29 de março no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, e estarmos presentes no próximo dia 29 de junho no Coliseu do Porto, que à data deste artigo, já se encontra praticamente esgotado.

Tal como já referi, tudo isto implica um grande esforço financeiro, só possível com apoios municipais. Será, assim, muito importante que a Confederação continue o trabalho de defesa intransigente nas associações. É da maior importância que sejam criados incentivos para que continuemos a ter dirigentes associativos, com a criação, por exemplo, de uma bolsa de horas que os dirigentes associativos possam utilizar para resolver problemas das suas associações, sem terem de colocar dias férias ou recorrer a outras formas de justificação de ausência dos seus postos de trabalho. Será também muito importante, que as Filarmónicas sejam isentadas de IVA na aquisição de instrumentos, fardamentos e consumíveis.

Sem que exista um real apoio por parte do estado a estas associações, pilares fundamentais do estado democrático, temo que nos próximos anos muitas associações cessem a sua atividade, o que será uma grande perda, para as populações, vilas e cidades e para Portugal. Mas, será uma ainda maior perda para os jovens e para todas as pessoas que frequentam as atividades das associações, dado que enquanto se dedicam à aprendizagem da música ou de outras artes, enquanto ensaiam para atuações, sabemos onde eles estão e

DESTAQUE – CENTENÁRIO DA CPCCRD

sabemos que poderemos estar descansados, pois não estão na rua a desbravar caminhos menos interessantes, para o seu desenvolvimento enquanto cidadãos do nosso Portugal.

Por tudo o que já disse, é fundamental que a Confederação continue a desempenhar o seu papel e reforce a sua influência, para garantir um futuro melhor ao associativismo em Portugal. É fundamental que diversifique e descentralize as suas atividades, indo a todo o País, incentivando e formando, os atuais dirigentes associativos, mas também atuando junto de população em geral, no sentido de a incentivar a juntar-se ao esforço de manutenção do associativismo e da preservação das nossas tradições e costumes.

Vivemos tempos conturbados. 50 anos após o 25 de Abril, o desinteresse dos jovens sobre muitas questões da vida pública é preocupante. Temos todos, de trabalhar para captar os jovens, futuras mulheres e futuros homens, para a vida associativa e, de uma maneira geral, para as questões de cidadania ativa. Só assim poderemos almejar um futuro melhor, sem esquecer a nossa riquíssima história, um futuro com associações fortes e dinâmicas.

Ao longo da história, sempre houveram aqueles que quiseram chegar demasiado rápido a um destino, mas aqueles que foram acompanhados sempre chegaram mais longe. É necessário que a Confederação reforce o seu papel de aglutinação e que através das estruturas descentralizadas, chegue a todo o universo associativo de uma forma efetiva, trabalhando para a partilha e transmissão de boas práticas. Só assim poderemos aspirar a continuar a ter um movimento associativo forte, coeso e dinâmico, de todos e para todos.

O Presidente da Direcção / Luís Vital Alexandre

31 MAIO 2024 | Comemorações do Dia Nacional das Coletividades

Uma aventura no associativismo

no Grupo Desportivo e Recreativo da Chã
uma aventura teatral
EBI de Tovarade +
Patro das Galinhas – Grupo Experimental de Teatro

na Praia do Cabedelo
uma aventura no mar
EBI Abadias +
Associação Desenvolvimento Mais Surf

na Sociedade Filarmónica Palanense
uma aventura musical
EBI do Palácio +
Sociedade Filarmónica Palanense

no Pavilhão da EB 2,3 Pintor Mário Augusto
uma aventura desportiva
EBI de Alhadaz +
Sociedade Boa União Alhadazense

100 1924-2024
UM SÉCULO DE PORTUGAL
CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

EXPOSIÇÃO

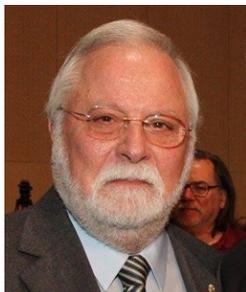
“UM SÉCULO DE PORTUGAL: CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO”

Sociedade Recreativa Artística Barranquense
Praça da Liberdade, nº 9 - Barrancos

Exposição patente de 27 de maio a 2 de junho de 2024
Todos os dias, das 12h00 às 20h00

www.cpcprd.pt

DESTAQUE CENTENÁRIAS - CENTENÁRIO DA CPCCRD

Sociedade Filarmónica União e Capricho Olivalense

A visão que tenho da minha S.F.U.C.O. nos dias de hoje.

Desde o seu aparecimento, o movimento associativo tem vindo a ser sujeito a grandes transformações, produto da evolução social global que alterou o funcionamento das principais estruturas que o suportavam e o constituíam. As diversas formas de associação que se foram criando, tiveram quase sempre na sua origem para além de laços de forte solidariedade, razões de ordem musical, humanitária, beneficência e instrução como é o caso da nossa S.F.U.C.O.

O movimento associativo, que se ancora nos mais sólidos valores humanistas, está profundamente enraizado na vida das populações e o serviço social que presta à comunidade na nossa freguesia de Olivais e cidade de Lisboa de forma alguma, é dispensável. Sob pena de se assistir a um agravamento da diminuição do movimento associativo que ainda constitui a única solução viável para permitir o acesso de vastos grupos da população a práticas culturais como tem acontecido na S.F.U.C.O. ao longo da sua história.

Muitas coletividades, como a nossa passam nos dias de hoje por grandes dificuldades em arranjar associados que desejem dar o seu contributo para uma renovação de quadros dirigentes associativos. De facto, e porque hoje para se dirigir uma coletividade já não basta a disponibilidade de tempo e a carice dos seus dirigentes, sendo indispensáveis, também, o domínio de conhecimentos tanto técnico como na área cultural, como de gestão e administração, como tem sido apanágio dos atuais dirigentes da S.F.U.C.O. ainda em funções alguns dos quais com perto de 50 anos ininterruptos no dirigismo desta casa.



Hoje assiste-se, de uma maneira geral, a uma diminuição no número de sócios que pagam regularmente as suas quotas, a uma baixa no número de frequentadores habituais das instalações da nossa sede social daí resultar o terrível problema que é a formação de listas para os futuros Corpos Gerentes, há mesmo uma crise no dirigismo associativo, crise esta assente na dificuldade que as associações têm em encontrar dirigentes em número e com capacidade suficiente, para garantir o seu funcionamento. As pessoas escasseiam, as motivações são reduzidas e a renovação que muitas vezes deveria ser feita atrasa-se. São as dificuldades do nosso tempo; no entanto, muitas destas questões nem sequer são novas pois na S.F.U.C.O. esta situação acontece há mais de três décadas.

A S.F.U.C.O. tem nesta altura perto de 600 associados que passam numa grande maioria ao lado da vida associativa, basta ver que na última Assembleia Geral Ordinária que se realizou no passado dia 25 de janeiro último para apresentação do Relatório e Contas da Direção estiveram presentes 12 associados os restantes eram dirigentes, isto significa que os associados estão completamente desinteressados pelos assuntos da coletividade.

Como ainda sou o atual presidente da direção da S.F.U.C.O. tenho o dever de alertar todos os associados da situação da S.F.U.C.O. Na última Assembleia Geral Eleitoral conseguimos que três novos elementos dois deles fazem parte da nossa Banda Filarmónica, e o outro também já foi executante, têm que ser esta nova geração que pode ser o futuro da S.F.U.C.O. e de coletividades como a nossa.

A bem da S.F.U.C.O. os olivalenses e principalmente os seus associados que têm que ter em atenção o que pretendem para o futuro numa Instituição Centenária de Utilidade Pública, fundada em 1 - 6 - 1886 quase, portanto a comemorar 138 anos de existência no próximo dia 1 de Junho de 2024.

Joaquim Barata Silva / Presidente da Direção

DESTAQUE CENTENÁRIAS – CENTENÁRIO DA CPCCRD

Sociedade Recreativa Operária/Santarém

André Gomes
Presidente da Direção da
SRO Santarém

Quais são os principais desafios enfrentados pela associação que representa? Como esses desafios impactam a sua coletividade e as comunidades que servem?

R: O associativismo de hoje tem vários desafios. Desde logo conseguir ter uma programação que convença as pessoas a “sair de casa”. A tecnologia permite, hoje em dia, que tenhamos nas nossas casas acesso a uma imensidão de conteúdos culturais e recreativos. Na SRO Santarém procuramos fazer coincidir o nosso conteúdo programático com outras experiências, tornando a vinda ao Palácio Landal mais atrativa. Na SRO Santarém pode assistir a um concerto comentado ou uma peça de teatro e logo de seguida participar num jantar-convívio onde pode trocar impressões com os artistas. Na SRO Santarém pode ouvir uma palestra e fazer parte da palestra, intervindo no tempo que sempre deixamos ao público.

Algo que ainda não conseguimos alcançar é fazer com que a SRO Santarém tenha “sempre a porta aberta”. Esse patamar, que permitiria aos nossos associados usufruir da sede mesmo fora das actividades que lá decorrem, tornaria a SRO um ponto de “paragem obrigatório”, para ler, petiscar, etc, pois gostamos de receber bem. Só que a logística assenta nos dirigentes, que se dedicam pro bono à SRO, nos seus tempos livres e pós-laboralmente. Talvez um dia possamos ter alguém que abra a SRO a “tempo inteiro”.

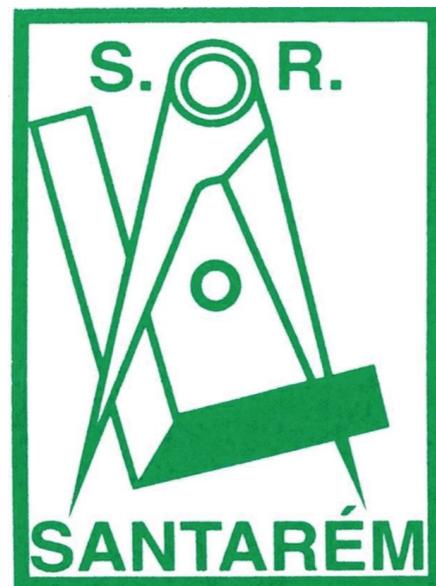
Os aspectos financeiros são outro desafio. Nos últimos 4 anos, esta equipa conseguiu acabar com as dívidas avultadas da associação. No presente, sem dívidas, chegamos a uma posição de estabilidade que nos permite expandir a oferta cultural. Mas ainda há um longo caminho a percorrer, pois a cultura tem de ser paga. Os nossos professores e os artistas e conferencistas que dinamizam o nosso espaço merecem uma retribuição condigna. É por eles que necessitamos de reforçar o nosso número de associados, cujo pagamento da quota é indispensável para continuarmos a crescer. A nossa quota mantém-se nos 18 euros anuais desde há vários anos e queremos que assim seja, mas temos de lutar para conseguir fazer crescer a lista de associados.

No aspecto financeiro e organizativo, desejamos continuar a estreitar relações com a Câmara Municipal de Santarém. Temos desenvolvido projectos progressivamente maiores, como é exemplo o Acanthis – masterclasse de direcção para coro, em parceria com a Associação Voar das Artes e a Câmara Municipal, que tem trazido vários maestros a melhorar as suas competências de direcção coral. É um evento praticamente único no País, onde os maestros têm oportunidade de dirigir um coro-piloto e contar com pianista acompanhador em ensaio.

A SRO Santarém neste mandato vai apostar em mais candidaturas externas, como a DGArtes, Gulbenkian, fundos desportivos para a nossa equipa de trail, corrida, caminhadas (Desafios Positivos D+) etc.

A articulação com as restantes associações do concelho e da região é um aspecto fundamental para alinhamento e complemento de programação. Têm sido dados alguns passos importantes nos anos mais recentes, que importa manter e evoluir.

Que estratégias a sua Coletividade adota para preservar e promover a história e o legado da associação? Como vocês mantêm viva a memória e os valores que fundamentam a sua existência?



FUNDADA EM 1915

DESTAQUE CENTENÁRIAS – CENTENÁRIO DA CPCCRD

R: O legado da associação é uma “herança pesada”, mas que nos orgulha e que queremos dar continuidade. O de saber que a SRO é uma casa de cultura, de recreio, de discussão democrática e livre, especialmente focada em dar uma oportunidade a pessoas com menores rendimentos.

É essa a solidariedade que deve estar presente na SRO, ou não tivesse sido o nosso patrono, Padre Chiquito, a criar o primeiro sistema de “Segurança Social” para os operários de Santarém. Por isso o homenageamos, ininterruptamente todos os anos, no Dia 1º Maio, mesmo no tempo da ditadura fascista. Esta é a coragem e o labor de uma casa que nasceu do movimento operário.

Fazemos questão de a maioria da nossa programação ser a custo zero para os nossos associados.

A cidadania constrói-se através da partilha. Partilha de conhecimentos, como fazemos na nossa Escola de Artes – ARS Musica, onde podem aprender a tocar um instrumento, a dançar, a cantar, a pintar. Partilha do esforço e camaradagem, com a nossa equipa Desafios Positivos D+, equipa de caminhada e trails (onde já tivemos atletas a representar a selecção nacional), ou no nosso grupo de prática desportiva. Partilha do palco, com a nossa secção de Teatro. Partilha de opiniões,

nos nossos debates sobre livros e filmes. Partilha de experiências, nos nossos jantares. Partilha intercultural, nas celebrações religiosas de comunidades asiáticas que recebemos. Partilha de um novo caminho, na parceria que temos com o grupo de Alcoólicos Anónimos de Santarém. Na dádiva de sangue, através do nosso Grupo Benévolo de Dadores de Sangue.

A SRO é a casa da partilha e, por isso, tal como disse atrás, um exemplo de cidadania.

Que sugestões ou recomendações gostaria de ver implementadas pela Confederação para promover a troca de conhecimento e experiências entre as associações? Como podemos melhorar a comunicação e colaboração entre as coletividades filiadas em diferentes níveis?

R: A Confederação, ainda que os recursos humanos não abundem, poderá promover reuniões regionais (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), sentando à mesa (ou em sala virtual) as associações dessas regiões, para partilha de boas práticas e para realização de workshops formativos (gestão financeira e softwares de gestão; marketing e divulgação de eventos, etc). Os Congressos da Confederação já permitem realizar as reuniões de âmbito nacional.

Quais os programas ou iniciativas você gostaria de ver liderados pela Confederação para fortalecer as associações filiadas? Como podemos apoiar melhor o desenvolvimento e a capacitação das nossas comunidades locais?

R: Parece-me fundamental que as associações possam receber formação para actualização dos modelos de gestão e divulgação de actividades, em consonância com as necessidades e exigências do presente. O desenvolvimento de workshops é uma forma de o conseguir.

Que planos gostaria de ver implementados pela Confederação para garantir a continuidade e o crescimento das associações no futuro? Como podemos assegurar que as nossas tradições e atividades continuem a prosperar nas próximas gerações?

R: Costumo dizer que o maior desafio de um dirigente de uma associação centenária é garantir que ela continue a caminhar em direcção ao futuro. Claro que isto só é possível com uma oferta recreativa plural, actual, que possa chegar a vários públicos e com uma gestão transparente e que estimule a participação dos associados na vida das associações.

Qual é o papel da Confederação na coordenação e apoio às associações? Como podemos melhorar o nosso suporte e representação a nível local, nacional e internacional?

R: Parece-me indispensável uma estrutura regional, que se pode ainda ramificar numa estrutura distrital ou de sub-região. Esta proximidade permitiria um programa de visitas às associações e uma acção de proximidade.

André Gomes / Presidente da Direcção

DESTAQUE CENTENÁRIAS - CENTENÁRIO DA CPCCRD

CLUBE RECREIO E INSTRUÇÃO

(FUNDADO EM 08 /08/1915)



João Brito
Presidente da Direção do
Clube Recreio e Instrução

Presidir uma Coletividade Centenária num contexto em que a realidade do País deixou de olhar para aspetos fundamentais, tais como: iniciativa de ajudar, participar, fazer acontecer e proporcionar o crescimento de forma gratuita e voluntariosa é uma tarefa árdua. Porém é possível quando se encontram elementos capacitados destas características e oferecem o seu tempo em prol da continuidade e crescimento das Associações.

É fascinante e inspirador conhecer a história e os valores progressistas do **Clube Recreio e Instrução, fundado em 1915**. A visão daqueles que batizaram com o nome de “Club” num momento em que predominavam as Sociedades Filarmônicas e Bandas, demonstra um compromisso excepcional

com a promoção da educação cultura e desporto na comunidade.



O legado deixado por aqueles membros visionários, que promoviam a instrução literária por meio de uma biblioteca, grupos dramáticos e musicais, além de oferecer ensino de idiomas como esperanto, história, inglês e francês, é uma fonte de inspiração para o trabalho atual da associação.

Foi importante que em todas as direções da Associação tivessem o cuidado de atender às necessidades e interesses da comunidade ao longo do tempo para garantir que permanecesse relevante e atraente para os membros. Foi um princípio assente manter o espírito progressista e inovador dos fundadores.

Na atualidade, angariar fundos suficientes para manter as operações e financiar projetos e programas pode ser um estímulo constante, especialmente num ambiente competitivo.

É fundamental que as associações mantenham a confiança na Confederação e aproveitem os recursos legais e conhecimentos disponíveis que ela pode oferecer para crescermos de forma organizada e mais eficiente.

A revista “ELO Associativo” trouxe uma dinâmica única que estreitou os laços entre as associações e evidenciou o valor do trabalho que realizam em benefício da comunidade.

Essa maior aproximação entre as associações e a Confederação, por meio de iniciativas como a revista, pode promover uma colaboração mais efetiva, troca de experiências e boas práticas, além de fortalecer a rede de apoio entre as entidades.

Ao compartilhar informações, estratégias e desafios com outras associações, é possível fortalecer o setor associativo como um todo e ampliar o impacto positivo das organizações na sociedade.

O Clube Recreio e Instrução, presentemente numa vertente mais vocacionada para o desporto continua a transportar os valores das raízes centenárias

João Brito / Presidente da Direção

DESTAQUE CENTENÁRIAS - CENTENÁRIO DA CPCCRD

GRÊMIO ARTÍSTICO TORREENSE



Antônio Ventura
Presidente do Grémio Artístico
Torreense

Em primeiro lugar, e num ano tão significativo para a Confederação, saúdo os diversos Órgãos Sociais que a compõem, nomeadamente, Mesa do Congresso, Direção, Conselho Fiscal, Conselho Jurisdicional e Nacional, assim como as mais diversas equipas de profissionais que integra.

Os **principais desafios** que identifico não são de hoje, são de décadas e conheço-os pelo meu trabalho nesta coletividade, enquanto membro dos grupos, professor de uma modalidade e, acima de tudo, pelo meu percurso nas direções do Grémio.

A experiência partilhada com tantos, que tantos anos dedicaram muito a esta Casa, permitiu-me observar e absorver quais os nossos principais desafios. Saliento, em especial, as dificuldades financeiras que se atravessam ao longo de anos, a fraca adesão de novos sócios e o envelhecimento dos existentes, a necessidade de obras de melhoramento e de atualização face às atuais legislações e, até, o surgimento das mais diversas associações que, face à sua jovialidade e fruto das suas constituições, têm oportunidades às quais as nossas ainda não acedem.

Perante este desafio, e a importância de **preservar o legado** deixado pelos nossos sócios, grupos de teatro amador, alunos das modalidades e órgão sociais, a atual direção, constituída 100% por jovens adultos que desde há muitos anos integram esta coletividade, criaram o programa GREMIO#MOV, que tem como principal objetivo recuperar as atividades que, ao longo de anos, foram realizadas nesta coletividade, porém com visão renovada e modernizada, procurando trazer novos públicos, que, simultaneamente, nos desafiam a novos projetos nas mais diversificadas áreas. Sentimos que, assim, mantemos as nossas memórias e valores em destaque e protegidos, pois estes assentam na importância de sermos uma porta aberta a todos e às mais diversificadas manifestações artísticas. Sendo os desafios e as oportunidades cada vez maiores, num universo cada vez mais competitivo, importa receber, através de **programas liderados por parte da Confederação**, o apoio necessário à formação e informação das direções das associações filiadas; desenvolvimento de programas de divulgação, informação e apoio nas candidaturas nacionais e europeias existentes; assim como, apoio na disseminação do trabalho desenvolvido pelas associações filiadas, para que os trabalhos que se desenvolvem sejam valorizados e reconhecidos de forma mais significativa.

Por fim, seria uma mais valia que a Confederação concebesse e liderasse um programa de intercâmbio entre as associações, realizando, por exemplo, encontros distritais entre as associações filiadas, no qual se poderiam partilhar experiências, boas práticas, constrangimentos e estratégias de resolução de dificuldades. Tais encontros não só promoviam a **troca de conhecimento**, como, eventualmente, promoviam a partilha de recursos e a convergência de sinergias. Considero, ainda, que seria uma mais valia que no site fossem atualizados e aumentados os dados relativos às associações confederadas e filiadas, onde se poderia dar destaque, mais uma vez, ao trabalho desenvolvido, assim como vídeos e fotos das instalações de cada associação, quase como se de uma base de dados nacional se tratasse.

No que concerne ao **Papel da Confederação**, e da sua **representatividade** em termos locais e nacionais, consideramos que seria uma mais valia a realização de visitas por parte de uma comitiva da Confederação, que pudesse conhecer as associações filiadas através dos testemunhos de quem as vive todos os dias, os sócios e



DESTAQUE CENTENÁRIAS - CENTENÁRIO DA CPCCRD

os órgãos sociais. Estas visitas permitiam que as associações se sentissem apoiadas nas suas dificuldades e incentivadas a fazer mais e melhor.

Consideramos que, outra das ações de representatividade e, simultaneamente, de projeção local, nacional e internacional, seria a publicação de uma newsletter, com periodicidade mensal ou trimestral, com conteúdos das associações, podendo, a mesma, estar acessível no site da Confederação e, também, ser enviada para uma mailing list, por forma a dar visibilidade a cada uma e a todas as associações filiadas. Julgamos que assim a Confederação estaria a contribuir fortemente para

SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E BENEFICÊNCIA A VOZ DO OPERÁRIO



Manuel Batista Figueiredo
Presidente da "A Voz do Operário"

não só para denunciar as terríveis condições de trabalho e de vida, como para pugnar e difundir as suas justas reivindicações.



A VOZ DO OPERÁRIO

Contributo d'A Voz do Operário

É uma grande honra para a Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário, instituição com mais de 14 décadas de existência, participar nas comemorações do Centenário da Confederação Portuguesa de Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, partilhando a sua história, experiências, perspetivas e desafios.

Importa recordar que em 1879 se viviam tempos muito difíceis para a grande maioria da população e de grande exploração da classe trabalhadora, em especial dos operários tabaqueiros, os quais, no âmbito da sua luta contra a exploração e as miseráveis condições a que estavam sujeitos, viram recusada a publicação pela imprensa de então de um artigo sobre os problemas por eles vividos, tendo Custódio Gomes proferido numa reunião, em agosto, a célebre frase: "Soubesse eu escrever, que não estava com demoras. Já há muito que tínhamos Jornal; bem ou mal, o que lá se disser é o que é a verdade".

Nessa reunião foi decidido fundar o jornal "A Voz do Operário", cujo primeiro número foi publicado em outubro de 1879, passando a ser o meio privilegiado

Mas era necessário dotar o Jornal de estrutura organizativa e criar as condições para que os operários e os seus filhos o pudessem ler e assim nasceu a Sociedade A Voz do Operário em fevereiro de 1883.

Para além do suporte ao Jornal, A Voz do Operário desde logo, pugnou pela dignificação da classe trabalhadora, a começar pelo ensino, numa altura em que este lhes estava vedado, iniciando-se assim um muito relevante contributo para o acesso ao ensino e à cultura de muitos milhares de crianças e jovens.

Ao longo da sua riquíssima história, A Voz do Operário prestou um importantíssimo serviço aos seus sócios e à comunidade em geral. Uma vida recheada de sucesso, em prol da educação e da cultura, do movimento associativo e do desporto, cumprindo os objetivos da sua fundação.

Atualmente A Voz do Operário regista perto de 5.000 sócios ativos e prossegue uma muito profícua atividade nas suas diferentes valências.

DESTAQUE CENTENÁRIAS – CENTENÁRIO DA CPCCRD

O Jornal, que este ano comemora o seu 145º aniversário, é o mais antigo jornal operário em publicação ininterrupta, sendo um meio privilegiado para o conhecimento da história do movimento operário. Nascido da luta dos operários, para dar voz aos que a não tinham, cumpriu e cumpre os desígnios dos seus fundadores, mantendo-se irredutível na defesa dos justos interesses dos trabalhadores e do associativismo, constituindo um espaço onde as suas aspirações, reivindicações e lutas continuam a ter um profundo eco.

Na atividade educativa, cujo projeto pedagógico visa aprofundar a participação cívica ativa, promovendo o interesse pelo conhecimento e pelo espírito crítico, o respeito pela diferença através da inclusão e a qualidade de vida no seio da comunidade escolar, A Voz do Operário possui uma oferta que abrange os níveis de escolaridade de creche, pré-escolar, 1º e 2º ciclos, distribuídas por 8 estabelecimentos educativos, frequentados por mais 1.150 crianças.

Na área social, são prestados serviços de apoio domiciliário a mais de 40 pessoas, possui um Centro de Convívio frequentado por 25 utentes, é desenvolvida atividade física enquadrada no Programa Lisboa +55, e o Refeitório Social presta diariamente apoio a mais de quatro dezenas de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica.

É igualmente muita e diversificada a atividade cultural desenvolvida n'A Voz do Operário, com grandes eventos ao longo de todo o ano, permitindo-me destacar a nossa Gala de Fado que este ano realiza a 8ª edição.

Participamos ativamente nas Festas Populares de Lisboa, estando atualmente em curso os preparativos para mais um desfile da Marcha Infantil e para os arraiais populares, nos quais estão envolvidas muitas dezenas de voluntários.

Participamos igualmente em muitos outros eventos, quer por nós organizados ou em parceria com outras estruturas de movimento associativo, sejam de carácter cultural, desportivo ou outro, este ano com especial ênfase para as iniciativas enquadradas no âmbito das comemorações dos 50 anos da Revolução do 25 de Abril.

Mas os desafios que temos pela frente são bem difíceis, essencialmente porque, apesar do muito serviço público prestado, como acabo de resumir, é

muito insuficiente a comparticipação, designadamente financeira, das entidades oficiais.

Refira-se a este propósito que, apesar do muito e reconhecido trabalho na área educativa, valência muito relevante d'A Voz do Operário e com uma ação pedagógica largamente reconhecida, o apoio do Ministério da Educação tem sofrido uma drástica redução em termos reais, uma vez que as verbas atribuídas se mantêm inalteradas há 15 anos enquanto os custos têm subido de forma acentuada, acarretando enormes dificuldades económicas à Voz do Operário, a ponto de poder por em causa a prossecução da atividade letiva, caso não seja revista a situação.

O estrangulamento financeiro d'A Voz do Operário é uma realidade que muito nos afeta, mas tudo faremos junto das respetivas entidades para que apoiem de forma justa o muito e valioso serviço público prestado, de forma a que o mesmo possa ser prosseguido.

Sejam quais forem as circunstâncias o Movimento Associativo Popular pode sempre contar com A Voz do Operário, enquanto agente ativo e disponível.

O Movimento Associativo Popular tem uma história muito rica e um contributo insubstituível para a comunidade a quem presta um insubstituível serviço, importando salientar a sua génese de participação democrática, bem como, num tempo em que se propagam falsos valores de exaltação do individualismo, a sua perspetiva coletiva, solidária, generosa e voluntária.

Por todas as razões, a Confederação Portuguesa de Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, está de parabéns, não só pelo Centenário e a sua brilhante história de apoio e incentivo do associativismo, como pelo seu papel determinante de fomentar e impulsionar o Movimento Associativo Popular, elemento essencial para a construção de um melhor País e do bem-estar da sua população.

Manuel Figueiredo/Presidenta da Direcção

DESTAQUE CENTENÁRIAS – CENTENÁRIO DA CPCCRD

Grémio de Instrução Liberal de Campo de Ourique

IPSS e Instituição de Utilidade Pública

Criado a 10 de junho de 1910 por um grupo de cidadãos de inspiração maçónica, do bairro de Campo de Ourique, com o propósito de fundar uma escola primária visando o contributo para debelar o analfabetismo, pauta-se pelos valores inquestionáveis de cidadania e formação permanente do “Homem Novo”.

Este Centro Escolar Republicano desde a sua fundação à atualidade desenvolve ensino (berçário, creche, pré-escolar 1º, 2º, e 3º. Ciclo), para a construção de valores e formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

A sua escola é o pilar gerador de toda a instituição, (outrora já desenvolveu atividades recreativas), e é sobre ela que vamos dar a conhecer algumas passagens que ao longo dos seus 114 anos marcaram a sua vida.

“O Grémio”, entidade coletiva ao serviço de uma comunidade plural, parte ativa de um povo que vive num estado democrático e de Direito, estará acima de quaisquer tipos de fações políticas, filosóficas, ráticas ou religiosas, sendo, contudo, fiel aos princípios humanísticos que inspiraram os seus fundadores e empenhar-se-á particularmente, em praticar o bem e servir as causas da instrução e da promoção integral do Homem.

A Escola nos Centros Republicanos

Da qualidade escolar à sua degradação

Três momentos significativos marcaram a história dos Centros Republicanos onde a esperança e valores, qualidades e degradação, assumem momentos diferenciados numa certa temporalidade, antes da República, durante a República e depois da República.

O nosso Centro Escolar não foge a esta regra e a história faz-se dos bons momentos ou menos bons, pelo que vamos testemunhar a gratidão pelo esforço e dedicação em determinada época e a triste recordação de um ex-aluno em pleno Estado Novo.

Antes, tecer algumas realidades que tornaram as escolas dos Centros Republicanos, além de espaços socializadores, espaços de conhecimento ativo e permanente, tanto diurno como noturno.

O projeto republicano assentava numa total partilha de todos os cidadãos na construção da sociedade; sabiam que a causa do maior sofrimento social era o analfabetismo que urgia debelar o mais rápido possível, a escola era a solução para todos, capacitando o cidadão de conhecimentos que lhe permitiam o contributo para a feitura e defesa da República.

De norte a sul do país, em todos os lugares e freguesias proliferaram os centros republicanos. Segundo H. Oliveira Marques, 1986, no Dicionário da Maçonaria Portuguesa (p. 324,327,328), existiam em Campo de Ourique três centros republicanos – “Centro Escolar Republicano de Campo de Ourique com caráter educativo, fundado em Lisboa, pela maçonaria (Loja Acácia), em começos do século”, “Centro Escolar de Santa Isabel, associação de proteção à infância, fundada pela maçonaria na freguesia de Sta. Isabel em Lisboa” e “Centro Democrático de Sta. Isabel- centro republicano, fundado em Lisboa, com forte influência da maçonaria. Tinha a sua sede na Rua de Campo de Ourique, nº. 77, naquela cidade. Criou uma escola primária e na noite de 3 para 4 de outubro desse local saiu Machado dos Santos com as suas tropas para ocupar o quartel Infantaria 16.”

O embrião do Grémio está no primeiro centro, fundado em 1910, pela loja Acácia, conforme testemunho existencial no Museu da Maçonaria, onde militavam dois conhecidíssimos republicanos do bairro, irmãos Coelho, proprietários e donos da Pastelaria “A Tentadora” em Campo de Ourique e grandes ativistas maçónicos. Os outros centros aquando da implantação da República já existiam há muito tempo.

Voltemos ao momento para assinalarmos o militantismo permanente dos sócios dos velhos centros republicanos, das suas escolas, com plena autonomia pedagógica, das suas múltiplas atividades, dos seus programas próprios para uma escola integral, onde além do ler e escrever constituíam base de formação do cidadão as visitas a fábricas, museus, saraus e conferências.

Nascida a República consolidavam-se e estabilizavam-se as escolas laicas e republicanas. No período de 1910 até à ditadura militar do 28 de maio de 1926 podemos considerar os grandes momentos de glória dos centros republicanos, transparecendo o trabalho de direções e professores onde tudo dera para a formação cidadã com

sentido de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido.

No dia do seu 10º. Aniversário, 10 de junho de 1920, o Grémio reconhece publicamente e homenageia a primeira professora da sua escola, Dona Elisa dos Santos colocando uma lápide para memória futura.

Os velhos centros já declinavam grandes dificuldades onde os seus exíguos espaços se tornavam inoperacionais perante o desenvolvimento da rede escolar; intensamente continuavam o seu trabalho orientado num programa formativo próprio e dotados de autonomia pedagógica em prol do “Homem Novo”, dotando-o de conhecimentos e capacidades crítico/criativas.

A instauração do Estado Novo, marca o declínio, degradação e extinção de muitos centros republicanos, onde a constituição de 1933, delineia um estado assente nos princípios corporativos, “Estado social e corporativo em estreita correspondência com a constituição natural da sociedade”, a saber “as famílias, as freguesias, os municípios, as corporações”, que haviam de ter “intervenção direta na constituição dos corpos supremos do Estado”, (Salazar cit. In Rosas, 1990).

Esta data marca o fim de toda uma escolarização republicana onde se praticava uma vida democrática e se inicia a violência social, a degradação da escola e retrocede-se a um analfabetismo ímpar; demitem-se os professores qualificados e contratam-se pessoas sem habilitações escolares para o efeito numa alegação a contenção orçamental.

A escola esteve ao serviço do regime na defesa de um projeto totalitário, decretando um controle muito rígido aos velhos centros republicanos, no campo cultural, social e educativo, obrigando a escola ao cumprimento dos planos curriculares e modelos oficiais, resultando a substituição de materiais didático / pedagógicos e planos curriculares próprios; o regime ainda obrigou os centros que sobreviveram, como foi o caso do Grémio de Instrução Liberal de Campo de Ourique, à adaptação de espaços e à contratação de professores diplomados, alguns da convivência do regime agora imposto, o que acentuou a degradação da qualidade de ensino de que os velhos centros eram detentores.

As direções dos centros sobreviventes deixaram de ter intervenção ativa nas suas escolas e nos seus programas, passando as mesmas a ter a ação dos professores intervenientes obrigados a aplicabilidade dos programas oficiais que recebiam orientações do Ministério da Educação e supervisionados pela inspeção do ensino. A relação social da escola em pleno Estado Novo degradou-se perante um totalitarismo docente onde a violência e medo tornaram-se fatores para a aprendizagem.

Vamos reproduzir o depoimento de um ex-aluno, Mário Ventura Henriques, (2001), jornalista e escritor, já falecido, que deixou no seu livro “Quarto Crescente” com o título “Dias difíceis na Escola” (p. 65 a 69). “Lembro-me do dia em que conheci a escola. Um bibe branco e uma pequena mala de cartão eram os símbolos que me acreditavam como aluno da primeira classe. Subi a Rua de Campo de Ourique com muita expectativa e alguma ansiedade, e avancei para a escola do Grémio – como continuavam a chamar-lhe, apesar da proibição que o transformara em Sociedade -, sentindo-me igual a todos os rapazes que estudavam, fosse qual fosse a sua idade, e convencido de que aprenderia a ler e escrever em poucos dias ou semanas.

No entanto, esse primeiro dia foi uma

Ensino primário *Alunos*
Sociedade Beneficente de Campo de Ourique

Aluno n.º *41* Recenseado n.º _____
Mário Ventura Henriques, nascido a *22* do mês de *Maio*
de *1936* no lugar de *Silva*, freguesia de *São Sebastião*, concelho
de *Lisboa*, distrito de *Lisboa*, residente no lugar de *São João*
41-99-1º, freguesia de *São João*, filho de *Mário Ventura Henriques*
de profissão *Estadista*, e da *Maria Ventura Henriques*
O Encarregado da educação (s), *22 Maio*

Matrícula	Frequência		Comportamento	Passagens de classe		Provas de exame		
	Mês	Dia		Mês	Dia	Mês	Dia	Resultado
<i>1944-1945</i>	<i>Outubro</i>	<i>16</i>	<i>174</i>	<i>22</i>	<i>Bom</i>	<i>Julho</i>	<i>6</i>	<i>Ótimo</i>
<i>1945-1946</i>	<i>Outubro</i>	<i>10</i>	<i>165</i>	<i>25</i>	<i>Bom</i>	<i>Julho</i>	<i>26</i>	<i>Ótimo</i>
<i>194 - 194</i>								
<i>194 - 194</i>								
<i>194 - 194</i>								
<i>194 - 194</i>								
<i>194 - 194</i>								

O Director,
Mário Ventura Henriques

Aluno n.º *46* Recenseado n.º _____
Mário Paulo da Silva e Costa, nascido a *31* do mês de *Janeiro*
de *1936* no lugar de *Silva*, freguesia de *São Sebastião*, concelho
de *Lisboa*, distrito de *Lisboa*, residente no lugar de *São João*
46-1º, freguesia de *São João*, filho de *Mário Paulo da Silva e Costa*
de profissão *Empregado Bancário*, e da *Maria Paula da Silva e Costa*
O Encarregado da educação (s), *31 Janeiro*

desilusão. Depois de um contacto imediato e fácil com os miúdos que iniciavam comigo a aventura escolar, tive, como todos os outros, a dolorosa experiência de uma professora que abria muito os olhos e gritava como uma desalmada. Era aterradora. Antes mesmo de termos feito fosse o que fosse, já nos dizia como devíamos comportar-nos nas nossas carteiras e o que nos aconteceria senão lhe

obedecêssemos, assim como os castigos que nos daria senão fizessemos os trabalhos como ela mandasse. Senti uma vontade irresistível de voltar para casa, cheguei a guardar a lousa e o caderno de duas linhas, mas faltou-me a coragem para vencer os poucos metros que me separavam da sala de aula. Os outros também não reagiam, tão assustados como eu. Depois, tive a consciência de que estaria em permanente desvantagem naquela sala marcada pelo génio intempestivo da professora, e possivelmente nem teria a mínima oportunidade de aprender a ler e escrever, que era, sem dúvida, o que mais me atraía para a escola.

E creio ter sido nessa ocasião que ganhei o sentimento de insegurança, instabilidade e dúvida que me havia de acompanhar pela vida fora. Ganhei a certeza plena de que nunca viria a fazer nada bem feito, ou pelo menos a contento da professora, o que me mergulhou numa intranquilidade permanente, de par com expectativa ansiosa,

logo que se aproximava o momento de sair de casa para a escola. Ganhei também a convicção de que jamais saberia responder às expectativas que se criavam a meu respeito.

Em consequência disso, tornei-me desconfiado e suspeito do comportamento dos outros, sobretudo quando não era claro o que faziam ou pensavam, e não apenas o que comigo se relacionava. E em contrapartida mantinha uma ingenuidade que se traduzia, por exemplo, na aceitação sem reservas de qualquer atitude ou palavras amáveis, resultante do meu forte desejo de ser aceite e amado.

Nessa noite, ao jantar, respondi às perguntas dos meus pais sobre as impressões do primeiro dia de escola.

Disse-lhes ter gostado muito, embora me apetecesse confessar que não queria lá voltar, que era o que na realidade sentia. No fundo, temia que tomassem a sério a declaração, se a fizesse, e no dia seguinte não me deixassem regressar. O que eu repudiava, na verdade, era a sala de aula com aquela mulher assustadora a gritar detrás de uma secretária, e as ameaças de reguadas e outros castigos nunca sofridos, mas de forma alguma desejava perder a experiência nova do convívio diário com os meus colegas, que abria um novo panorama na minha vida.

Era uma contradição sem saída. Depois de alguns anos de solidão, bem tolerada e por vezes até desejada, a possibilidade de falar e brincar diariamente com crianças da minha idade, abria-me perspectivas insuspeitadas e remetia para segundo plano o permanente exercício de contemplação à janela de casa. Não queria aquela professora, não queria a sala de aula entristecida pela passividade dos seus ocupantes, não queria a obrigação de fazer letras e algarismos com o receio antecipado de não satisfazer as instruções exigentes, mas também não queria deixar o ambiente onde pela primeira vez fazia parte de uma sociedade nova e aliciante, onde tudo parecia ser permitido e onde a alegria não tinha limites.

Consegui fazer a instrução primária sem muitas dificuldades, mas também sem grandes feitos, e sobretudo sem os pesados castigos que por regra eram aplicados à maioria dos meus colegas. Não era irrequieto nem indisciplinado, mas pressentia que o facto de meu pai ser diretor do Grémio me privilegiava perante os professores. De todos, recordo o professor Júdice, O único que me deixou marcas no espírito, porque ensinava de uma forma clara que não levantava dúvidas e se impunha sem atemorizar. Não me lembro de o ter visto sorrir alguma vez, mas a sua austeridade, por vezes severa, era sempre afável e protetora. Tal como acontecia com o meu pai.

Como todos os homens, porém, o professor Júdice tinha os seus limites. Quase no final do ano, na 4ª. classe, anunciou solenemente que os nossos pais tinham que nos comprar a farda da Mocidade Portuguesa, sob pena de reprovarmos. Houve uma manifestação de agrado quase generalizada, porque já todos se viam fardados, a marchar e a fazer continência como verdadeiros soldados, mas eu lembrei-me de meu pai, sempre via passar na rua os rapazes com a farda, dizer depreciativamente para dentro de casa: «Lá vão os meninos da bufa.» Não os apreciava, como era fácil perceber, e eu pensava que alguma razão devia ter para isso, embora o porte e a superioridade dos moços me causassem alguma admiração ou inveja.

Aquando, à noite, contei ao meu pai a exigência do Professor Júdice, ele respondeu com o invariável improprio: - Malandros! Como entendi depois, a ordem oficial fora dada diretamente aos professores, por forma a evitar previsíveis choques com a direção da escola.

- E o que é que eu digo amanhã? – perguntei, com a preocupação de enfrentar de novo a exigência do professor.
- Dizes que os teus pais não têm dinheiro para comprar fardas – respondeu, invocando uma razão que era provavelmente verdadeira. – Se querem que uses farda, eles que a paguem.

Na aparência, era uma solução de compromisso, pois em nada nos prejudicava. A disputa prolongou-se por algum tempo, sem qualquer proveito para o professor Júdice, moderadamente interessado em cumprir uma obrigação pela qual não sentia /qualquer simpatia. A resposta encomendada pelo mau pai, inicialmente recebida sem qualquer reação, foi, no entanto, copiada nos dias seguintes por vários dos meus colegas, e apenas um dos rapazes apresentou orgulhosamente a sua farda – não sem provocar alguma inveja, oferta de um tio no seu recente aniversário.

Achei que o professor Júdice se rendera com excessiva facilidade à rebeldia quase generalizada, e temi que no fim do ano se desfornasse, concretizando a ameaça de nos reprovar a todos. Mas a ameaça não passou disso mesmo. E quando concluímos a instrução primária já ninguém se lembrava da farda que por momentos pairara como uma nuvem negra sobre a incógnita dos nossos destinos.”

José Batista / Membro da Direção, Diretor Pedagógico e Diretor Executivo do Grémio de Instrução Liberal de Campo de Ourique



CONGRESSO DO CENTENÁRIO

25 MAIO 2024 - FÓRUM LUISA TODI – SETÚBAL

(Intervenção de Augusto Flor)

Saudação aos presentes.

Parabéns à Confederação pela ideia de realizar um Congresso do Centenário.

Agradeço a distinção que hoje me foi atribuída.

Quando se atinge a idade de 100 anos, muito há para dizer pelo que a selecção de momentos, acontecimentos e protagonistas, será sempre injusta. Se acontece na vida dos seres vivos (humanos), por maioria de razão acontece na vida das colectividades que podem durar centenas de anos por serem seres vivos (sociais).

Para sermos honestos, termos rigor científico e a mensagem passar, é preciso uma estrutura de pensamento e de discurso aberto que seja acessível à grande maioria. Vamos tentar, e desejar, que este contributo chegue a todos os presentes e que cada um, leve estas reflexões o mais longe possível, quer na distância, quer no tempo e na quantidade de pessoas abrangidas porque, passados 100 anos, precisamos de um abanão, precisamos de um sobressalto de consciências, uma visão realista, positiva e prospectiva.

Peço que imaginem uma história contada em 4 partes, das quais, duas já passaram, são conhecidas, e outras duas estão no futuro.

Vamos à primeira parte:

Antes de existir o MAP como hoje o conhecemos, houve formas primárias de organização social que foram impulsionadas pelas necessidades das pessoas e pelo altruísmo de algumas elites.

As experiências sociais que se desenvolveram, obrigaram a que em certa altura (1820/1822) tivesse surgido pela primeira vez o direito de liberdade de pensamento (CPM 1822), seguiu-se a liberdade de expressão em 1826 (Carta Constitucional da Monarquia); a (CPM de 1838) estabelece, por fim, o direito da liberdade de reunião e associação.

Com a implantação da República em 1910 e a CRP de 1911, mantêm-se estes direitos.

Com a CRP de 1933 (ditadura) mantêm-se na letra da lei mas não são permitidas muitas das associações, reuniões ou expressões.

Na CRP de 1976 (democracia), são garantidas na letra da lei e de facto, na sociedade portuguesa, todos estes direitos.

Considerando o processo dinâmico e dialéctico (pensamento, expressão, reunião, associação) o que segue? Porque não falamos nisto? Porque aceitamos que estamos no fim da história das ideias na sociedade portuguesa?

Estas 4 vertentes não são uma evidência que o associativismo é uma ideologia?

Temos medo, ou complexo de lhe chamar ideologia associativa?

Não estaremos na altura de a caracterizar, estruturar e desenvolver com as necessárias adaptações à época em que vivemos?

O que perdemos em não o fazer? O que ganharíamos em o fazer? O que é verdade é que nos últimos 200 anos, (1828/2024) nada acrescentámos a esta magna questão. É por isso que no Programa de Acção da nossa Confederação, existe um ponto 8 que merece ser lido, reflectido e desenvolvido.

Vamos à segunda parte:

Com o desenvolvimento do processo produtivo e das forças produtivas, manufactura para maquina factura; trabalho manual para trabalho mecanizado; trabalho rural para trabalho industrial; dispersão dos trabalhadores por terras e pequenas localidades para concentração dos trabalhadores em fábricas e bairros urbanos, o acesso ao ensino, aos livros, à música, ao teatro, ao lazer, recreio, mas também as questões da identidade e a necessária reconstrução simbólica dos locais de origem, gerou o aparecimento de centenas de colectividades por todo o território.

Às necessidades materiais das classes trabalhadoras e exploradas, resultado da distribuição injusta da riqueza produzida, juntaram-se as necessidades imateriais que se sentem no espírito, dificilmente se explicam e por isso para alguns são supérfluos ou invisíveis.

Os primeiros a sentirem essas necessidades não hesitaram em deitar mãos à obra e agir. No fundo, viram que a melhor forma de conseguirem satisfazer as suas necessidades não era ficarem sós, isolados, nem esperarem pelo Estado. Mas antes, exigirem do Estado e ao mesmo tempo agir e por isso se associaram.

Tornaram-se actores sociais e construtores do seu próprio presente e futuro, tal como previu Bento de Jesus Caraça na sua formulação “formação integral do indivíduo” nos anos 30 e 40 do século XX. Assim nasceu o movimento associativo que se foi reforçando, em quantidade e qualidade, até aos dias de hoje, sendo um poder nas comunidades e, pela sua escala, um poder na sociedade.

Aqui chegados, parece, mais uma vez, o fim da história. A questão que se coloca é se não deveríamos já estar no nível superior de estrutura, organização e acção, ou seja, sermos um movimento social de massas e intervirmos para que os poderes instituídos fossem sensíveis ao contributo que temos dado ao longo destes 200 anos.

Se fossem sensíveis, alguns destes poderes, não teriam uma postura de sobrançeria e de desconfiança. Se nós fossemos um movimento social de massas, conseguiríamos com maior eficácia ser ouvidos, respeitados e obteríamos melhores e mais rápidos resultados para o associativismo.

O número de entidades (35.500) e os 425.000 Dirigentes são uma força social associativa capaz de levar a cultura, o recreio e o desporto a todos os cantos deste país, mas não tem sido capaz de se transformar num movimento social de massas para exigir os seus direitos, enquanto movimento de prevenção social, ao invés de outros, também importantes, mas que reagem num modelo de remediação social.

Então, quais as questões que se colocam nesta segunda parte?

Os Dirigentes são capazes de distinguir entre problemas internos e externos?

São capazes de olhar para o outro lado da rua e trabalhar em rede com outros dirigentes?

São capazes de constituir, gerir e promover as suas estruturas federativas e confederativas dando-lhe legitimidade e força para estas as representarem e organizarem?

São capazes de assumir a luta por melhores condições para o associativismo, que complementa ou substitui o Estado nas suas funções sociais, e sair à rua como fizemos quando em 2013 foram suprimidas as freguesias?

São capazes de ver que, para além de serem os responsáveis pelas actividades estatutárias e decisões dos seus associados, são também os responsáveis pela defesa dos princípios, valores e causas associativas que contribuem para a consciencialização e transformação social?

Bem sei que até aqui há muitas perguntas e poucas respostas.

Daqui para a frente, vai ser pior.

Vamos então à terceira parte desta história:

Olhámos para o passado e seleccionámos alguns temas centrais, estratégicos. Olhemos para o futuro de curto prazo, próximos 50 anos, e o que precisamos ver?

Temos milhares de Colectividades que todos os dias levam a cultura, o recreio e o desporto a centenas de milhares de associados e não associados. Sem este trabalho, podemos duvidar se haveria cultura e desporto em Portugal.

Temos cerca de 3 milhões de Associados e estima-se que cerca de 2 milhões possam ter actividades. O outro milhão, serão associados que pagam a quota e recebem o Diploma ou emblema dos 25 ou 50 anos. Provavelmente, o único momento de uma vida em que é reconhecido e valorizado.

Que podemos fazer para alargar o número de associados, face ao número de habitantes? Que fazer para alargar o número de associados com actividade?

Que podemos fazer para que os Associados sintam interesse e vontade de participar nas AGs e actos eleitorais onde se decide a vida da colectividade?

Que experiências podem ser feitas para que se passe da constatação para a procura activa de soluções? Qual o papel da Mesa da AG, sem invadir os poderes dos outros órgãos, para aumentar a participação dos associados?

Que podemos fazer para identificar entre os associados, os que podem vir a ser preparados para futuras listas de órgãos sociais, quer sejam seniores, mulheres ou jovens com as várias sensibilidades e experiências?

Que podemos fazer para aumentar a formação e capacitação dos associados com vocação ou expectativa de virem a ser dirigentes, para assumirem com conhecimento, rigor e determinação o futuro da colectividade?

Que podemos fazer para que a lista que ganhou as eleições não seja boicotada pelos associados que perderam? Que se pode fazer para que os dirigentes eleitos, não desistam ou se demitam ao fim de meses e não terminem o mandato?

Que podemos fazer para que a colectividade não se feixe entre as 4 paredes e colabore com outros poderes locais? autarquias, empresas, escolas, comunicação social, comunidades religiosas, etc.?

Que podemos fazer para demonstrar que as colectividades não são subsídio dependente e, pelo contrário, para além de contribuírem para a sustentabilidade da Segurança Social, são contribuintes líquidos do Orçamento de Estado?

Que podemos fazer para que os associados reconheçam e valorizem o papel dos dirigentes que, com a sua dedicação e trabalho voluntário geram um valor económico (invisível) que se fosse pago, corresponderia a custos incomportáveis?

Que podemos fazer para que cada colectividade tenha, pelo menos, um trabalhador para apoio directo aos dirigentes voluntários e benévolos?

Podemos continuar a interrogar-nos sobre o que podemos fazer no presente e no futuro, mas de nada servirá se a visão e o comportamento forem os mesmos de sempre.

Quer isto dizer que ao fim de 200 anos de movimento associativo, 100 anos de associativismo estruturado em torno da nossa Federação/Confederação e 50 anos de liberdade e democracia graças ao 25 de Abril de 1974, parece termos mais problemas por resolver do que os que foram resolvidos. Infelizmente, è verdade.

È verdade porque os poderes instituídos, governos e maiorias da Assembleia da República, apesar dos avanços conseguidos, não têm cumprido com os compromissos assumidos e nós, movimento associativo popular, não temos conseguido pressionar através da luta de massas que só os movimentos sociais conseguem alcançar, a par da intervenção e relações institucionais com o Estado.

Sabemos que muitos dos problemas que temos nas colectividades são da sociedade e se reflectem nas colectividades como se reflectem nas famílias, e outros sectores da sociedade. Não podemos resolve-los, mas podemos reforçar a consciência que a transformação social é possível e, a cultura, o recreio e desporto podem dar o seu contributo.

Eis-nos chegados à quarta parte desta história:

Ouvimos, em certas circunstâncias, a frase “um dia de cada vez...” como forma de aceitarmos o inevitável destino, como se não fossemos capazes de determinar o rumo das nossas vidas colectivas. Ao menos podiam dizer “um ano de cada vez...” sempre era mais positivo e auspicioso. Compreendemos o sentido mas não devemos aceitar estes fatalismos.

A mente humana permite que façamos cenários de curto, médio e longo prazo porque o melhor dos cenários ainda é a utopia, enquanto caminho que se faz para alcançar um objectivo que não temos a certeza de conseguir, mas o simples facto de fazermos o caminho, já é uma vitória. Perante tantas dificuldades, e algumas parecem inultrapassáveis, fazer diagnósticos ou análises de pouco serve se não formos capazes de ver e prever para além do dia de amanhã, do próximo ano, do mandato, da próxima década.

Daqui a 50 anos (2074), estaremos a comemorar os 150 anos da Confederação e em 2124 os 200 anos. Estaremos, os associativistas que irão receber o património material e imaterial que nós deixarmos e que deverá ser bem maior e mais robusto que aquele que recebemos dos que nos antecederam.

Não sei quem será e estará disponível para tão importantes momentos, mas acredito e confio que serão homens

e mulheres tão capazes quanto nós, e que acreditam que, apesar das mudanças da sociedade entretanto verificadas, não foram suficientes para satisfazer todas as necessidades dos seres humanos e que cada um por si também não consegue resolver todas as suas necessidades.

É esta dialéctica, a oportunidade de viver a experiência deste movimento associativo, que me/nos dá confiança e faz acreditar que o associativismo é um pilar indispensável para a qualidade da vida colectiva dos seres humanos que dele usufruem, e de felicidade pessoal daqueles que o dirigem.

Viva os Dirigentes Associativos, voluntários, benévolo e eleitos!

Viva os 100 Anos da Confederação!

Viva o Movimento Associativo Popular!

Viva Portugal!

Augusto Flor / Assessor da Direcção

1º Encontro de Colectividades do Município de Lagoa 11 de Maio 2024 - São Miguel, Açores

A convite da Câmara Municipal de Lagoa, a Confederação fez-se representar por Augusto Flor (AF) que nos deu uma entrevista que, segundo o próprio, se pode resumir numa “excelente oportunidade que a Confederação me proporcionou e se traduziu numa memorável jornada de conhecimento e partilha associativa!”

AF, na qualidade de convidado, representando a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, começou por agradecer o convite feito à Confederação por esta ser a representante de cerca de 35.500 entidades e dos 425.000 Dirigentes Associativos, voluntários, benévolo e eleitos a nível nacional.



A Senhora Presidente da Câmara Municipal de Lagoa na abertura do 1º Encontro de Colectividades

AF realçou as palavras da Senhora Presidente Cristina Calisto que, na abertura do Encontro, anunciou apresentar à Câmara a proposta de fazer um Protocolo de Formação com a Confederação, destinado aos Dirigentes Associativos de Lagoa, dizendo que se tratava de um acto de sensibilidade e

inteligência, por reconhecer o valor do associativismo como um parceiro real.

Nota: O Protocolo entre a CML e a Confederação foi



aprovado por unanimidade na Sessão de Câmara na 5ª feira dia 16 de Maio 2024.

Entrando nos assuntos que constavam de uma agenda preparada em conjunto entre a CML e a Confederação, **AF** começou por lembrar que na Constituição da República Portuguesa (CRP), está



expressa a responsabilidade do Estado em assegurar o acesso à fruição e produção da cultura e desporto a todos os cidadãos. Lembrou, contudo, que, a CRP, determina que essa função deve ser feita em colaboração activa com as colectividades, associações e clubes. Na prática, é o associativismo quem apoia o Estado e este deve reconhecer e compartilhar para esse esforço da sociedade civil. Nesta área, lembrou ainda um conjunto de leis e regulamentos da maior importância para a vida associativa e que devem ser do conhecimento dos Dirigentes Associativos, a fim de evitar irregularidades ou ilegalidades que podem penalizar as entidades e os Dirigentes.



Dirigentes locais que participaram na mesa do 1º Encontro e a Senhora Presidente Cristina Calisto

AF continuou alertando os Dirigentes para a necessidade de estarem atentos para distinguirem entre os problemas internos e que podem ter solução fácil, e os problemas externos como é o caso da natureza das relações de trabalho em Portugal que afecta mais de 86% dos Dirigentes (trabalhadores por conta de outrem), como precariedade, baixos salários, horários desregulados, locais de trabalho alterados, o que dificulta ou impede muitos associativistas aceitarem cargos dirigentes, sobretudo nas direcções, ou aceitando, não terminarem os mandatos. Para reduzir estas dificuldades, torna-se urgente ter um Estatuto de Dirigente Associativo Voluntário ao nível da Região ou aplicar a Lei 20/2004 (República) já existente. Acresce que na fase pós pandemia, surgiram muitos casos de Colectividades que emergiram ainda com mais força e vitalidade com a participação de Mulheres e Jovens, o que surpreendeu o próprio INE – Instituto Nacional de Estatística.

Deixou ainda o desafio para se reflectir e ter em conta, as causas por não haver mais pessoas associadas, havendo associados não há mais participação nas actividades estatutárias, nas Assembleias-gerais ordinárias e extraordinárias e nas sessões solenes de aniversário. São questões internas que, provavelmente, terão causas provenientes na sociedade, tal como a falta de tempo para assumir cargos dirigentes, voluntários e benévolos.

Estas questões, tornam fundamental, olhar para os Dirigentes como a questão central, tendo mesmo afirmado que “sem Dirigentes associativos, não há associativismo”, o mesmo é dizer que não há cultura, recreio e desporto para todos. Podemos ter um ficheiro com 1.000 associados, ter instalações próprias, ter dinheiro no banco, mas se não tivermos associados para constituir a Lista e o Programa de Acção de acordo com os Estatutos, não há associativismo!



A Confederação fez a entrega de várias publicações entre as quais o Livro do Congresso 2015.

AF deixou ainda duas outras questões para reflexão e debate: a importância das Colectividades, Associações e Clubes cooperarem entre si, trabalharem em rede. Nesta questão, colocou a necessidade de existirem estruturas representativas regionais e locais informais, ou formais, com ligação à Confederação e que, por essa via, receberão toda a informação, capacitação e formação.

Fez o convite para a constituição de uma Associação Concelhia de Lagoa que poderá iniciar-se com a designação de uma Colectividade ELO.

Só juntos e organizados, serão reconhecidas como um verdadeiro Poder Local Associativo.

A outra questão, refere-se à importância do associativismo para a sociedade, quanto ao papel económico e financeiro, sendo um contribuinte líquido do Orçamento de Estado mas também, intergeracional, emocional/comportamental, coesão social e territorial e de equilíbrio de poderes. No fundo, o associativismo e os Dirigentes Associativos, constituem um movimento social que, através da cultura, recreio e desporto, promove valores humanistas, democracia participativa, actos colectivos de grande generosidade e, como tal, são agentes de consciencialização e transformação social.

.....

O Encontro foi animado por um Grupo de Música Tradicional local e contou com diversas intervenções de Dirigentes na reflexão e debate sobre várias matérias associativas. Estiveram presentes cerca de 80 participantes de mais de 40 associações.



Equipa da C. M. Lagoa responsável pela organização e funcionamento do 1º Encontro de Colectividades

Foi ainda possível participar na Festa do **10º Aniversário do Clube Desportivo Escolar de Água de Pau** que fez uma oferta à Confederação que enriquecerá o Espaço Museu. Este Clube Escolar, conta com cerca de 600 associados, dos quais 420 praticantes.

AF terminou, dizendo:

Por razões históricas e sociológicas, a cooperação entre o Poder Local Autárquico e o Poder Local Associativo, são essenciais para o desenvolvimento, a coesão social e territorial, a qualidade de vida, a felicidade das pessoas e a defesa da liberdade e democracia que conquistámos há 50 anos, em 25 de Abril de 1974!

II ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS ASSOCIATIVOS DE CULTURA RECREIO E DESPORTO

O Museu da Cerâmica de Sacavém foi o palco do II Encontro Nacional de Arquivos Associativos que ali se realizou nos dias 10 e 11 de maio de 2024. Este evento só foi possível graças ao empenho da equipa da DGLAB e do apoio da Câmara Municipal de Loures.

A CPCCRD esteve representada pelo seu secretário Joaquim Escoval e por Artur Martins assessor da direcção nacional e vários arquivos municipais e distritais foram também parceiros essenciais nesta organização.

Ao longo das duas sessões foram efetuadas várias apresentações versando o associativismo

e experiências vivenciadas em várias associações das quais destacamos a da Casa do Povo de Olhão e a do Grupo Desportivo e Cultural de Seiça.

Para além dos valiosos ensinamentos que todos os participantes puderam retirar das apresentações efetuadas foi ainda apresentado pela primeira vez o 2º Manual de Salvaguarda de Arquivos Associativos que é o corolário de um vasto e longo trabalho que tem vindo a ser realizado por um grupo de trabalho que reúne na Torre do Tombo a DGLAB, a CPCCRD e alguns arquivos municipais e distritais.



A exemplo do que foi feito com o primeiro manual também este está disponibilizado na plataforma da CPCCRD em <https://www.cpccrd.pt/wp-content/uploads/2024/06/Guia2ArquivosAssociacoes-v-Maio-2024.pdf> para quem estiver interessado em participar nas sessões de sensibilização que forem julgadas oportunas realizar sobre este tema seja por estruturas, associações ou outras.

Estão agora reunidos nos dois manuais um vasto conjunto de temas sobre a salvaguarda de arquivos associativos que importa estudar, analisar e aplicar para que a nossa memória coletiva seja devidamente salvaguardada.

Joaquim Escoval / Secretário da Direcção

ANDORRA: Festa da Diversidade Cultural contou com muita Portugalidade

Semana da Diversidade Cultural de Andorra la Vella concluiu ontem sábado 25 de Maio de 2024 com uma desfile pelas ruas da capital do Principado de Andorra, uma mostra gastronómica e diversas atuações de folclore e dança moderna, numa edição que contou com quatro coletividades portuguesas. Argentina, Colômbia, Equador,



Filipinas, Índia, Peru, Rússia, Ucrânia e Venezuela partilharam a sua cultura e gastronomia num evento que contou com a participação do Grupo de Folclore Casa de Portugal, do grupo de bombos da Associação de Trás-os-Montes e Alto Douro, da Associação Cultural do Alto Minho e o Rancho Folclórico dos Residentes do Alto Minho.

A abertura pela manhã do desfile pelas principais artérias da capital do Principado esteve a cargo do grupo de bombos formado por tocadores do Grupo de Folclore Casa de Portugal e da Associação de Trás-os-Montes e Alto Douro que em mutua colaboração e com a sua música característica arrancaram as pessoas de

dentro de casa e dos estabelecimentos comerciais para assistirem à passagem do desfile multicultural. Seguiu o Grupo de Folclore Casa de Portugal que uma vez mais surpreendeu os assistentes com um grupo de lavradeiras, algumas das quais levavam à cabeça cestos decorados e recheados de oferendas para leiloar ao puro estilo das mordomas do Alto Minho. Integraram ainda o desfile, o Rancho Folclórico do Alto Minho, o grupo de Colombianos, Equatorianos, Filipinos, Indus, e encerrava o desfile a associação de Ucrânia com uma enorme bandeira do seu país.



Na Praça Guillemó aguardavam autoridades e público que depois de assistir à passagem dos grupos pelo palco do evento puderam aproximar-se aos 9 stands para degustar a gastronomia típica dos países representados. Uma viagem cultural e gastronómica num só espaço e sem sair de Andorra que reuniu centenas de pessoas a degustar entre outros, os bolinhos e pataniscas de bacalhau, os pasteis de Belém, bifanas e o vinho verde bem característico da região minhota.



Entre as autoridades, encontrava-se a Olalla Lousada, vice-presidente e diversos vereadores da câmara de Andorra la Vella assim como José Dias Fernandes, deputado da Assembleia da República do grupo parlamentar Chega, de visita à comunidade portuguesa no Principado.

Pela tarde fora seguiram as atuações de folclore e entre tango argentino ou danças colombianas, coube ao Rancho Folclórico dos residentes do Alto Minho apresentar danças características do Alto Minho. O flamenco e as danças Filipinas precederam a atuação do Grupo de Folclore Casa de Portugal que apresentou

danças do seu repertório inserido na região de Viana do Castelo.

A festa da diversidade cultural organizada pelo departamento de participação cidadã de Andorra la Vella conclui com público e grupos a conviverem e a dançarem a dança característica de Andorra, a sardana.

José Luís Carvalho / Presidente do Grup de Folklore 'Casa de Portugal'

Movimento em Liberdade

O Movimento Associativo Popular foi amplamente valorizado na Baixa da Banheira.

Numa iniciativa da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, diversas associações do concelho da Moita participaram com demonstrações das suas atividades no dia 28 de maio no auditório José Manuel Figueiredo.

O evento contou com intervenções de António Carlos Pereira, Vereador da Camara da Moita, do secretário da CPCCRD Joaquim Escoval e de Barbara Gonçalves Dias, Presidente da União de freguesias.

Seguiu-se um espaço onde grupos de dança, o Grupo Coral alentejano “O Sobreiro” e da Escola do Jogo do Pau do Concelho da Moita. A Associação Gratitude, a mais recente da freguesia, também apresentou uma performance. Para finalizar esta bonita iniciativa, repleta de referências ao 25 de Abril, foi exibido um documentário sobre esta data e seu significado.

Todas as associações receberam uma lembrança como culminação desta iniciativa, intitulada “Movimento em Liberdade”, que reconheceu e valorizou o Movimento Associativo Popular da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira.



QUOTIZAÇÃO

Direitos e deveres estatutários

QUOTA 2024 A PAGAMENTO

Recordamos que algumas das nossas associadas ainda não pagaram a sua quota. Cientes que a sustentabilidade financeira é importante para a liberdade e independência do MAP, apelamos à boa colaboração de todos para continuarmos a nossa missão e mantermos uma voz dialogante com os vários poderes. Direitos e deveres estatutários QUOTA 2024 A PAGAMENTO



Para liquidar a sua quota pode fazê-lo por cheque, vale postal ou transferência bancária via Montepio Geral:

IBAN- PT50 0036 0185 9910 0001 0637 9

Em qualquer caso, deve sempre enviar o respetivo comprovativo, com a indicação do nome da coletividade ou do n.º da mesma para o email geral@cpccrd.pt.

